

PS

PROJECTO DE MANIFESTO DA ALIANÇA SOCIALISTA

1. Conscientes do perigo que a permanência no poder da maioria de direita saída das últimas eleições, representa para a esperança desabrochada com o 25 de Abril numa sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna, apta a aliar pela primeira vez na nossa história os valores da democracia política com as exigências da democracia económica, social e cultural, o Partido Socialista, a Associação Social Democrata Independente, a União da Esquerda para a Democracia Socialista, o Movimento Social Democrata,

decidiram formar a Aliança Socialista-Frente Eleitoral de Socialistas e Socialdemocratas, em ordem a conjugar os seus esforços para derrotarem nas próximas eleições legislativas a Aliança Democrática retirando-lhe a maioria absoluta dos mandatos e formarem assim possível uma nova alternativa de governo, inspirada nos comuns ideais que os animam.

Para tanto, os partidos signatários apresentar-se-ão ao eleitorado nos círculos do Continente e Região Autónoma da Madeira com listas comuns de candidatos a deputados à Assembleia da República a eleger este ano.

2. Certos também da importância de que se reveste para a consolidação desta alternativa de governo a eleição dum Presidente da República que dê garantias de fidelidade ao 25 de Abril e à Constituição, o PS,

comprometem-se igualmente a apoiar um mesmo candidato às eleições presidenciais.



3. A Aliança Socialista - Frente Eleitoral de Socialistas e Sociais-democratas - é, pois, a resposta da esquerda democrática portuguesa ao desafio que lhe é lançado neste dealbar da década de 80 pela ocupação do Governo pelos representantes da escassa e frágil maioria parlamentar de direita saída das eleições de 2 de Dezembro de 1979.

Um novo Governo, assente numa nova base parlamentar e funcionando solidariamente com o Presidente da República, é uma exigência cada vez mais sentida pela maioria dos portugueses face à experiência desastrosa e desastrosa de quase meio ano de governo da AD.

É tempo de dizer basta à demagogia sem rédeas de quem promete e não cumpre, à repressão salarial e à constante ameaça aos direitos dos trabalhadores, ao obscurantismo cultural em vias de se reimplantar, à irresponsabilidade na gestão das finanças do Estado, à destruição da reforma agrária, à asfixia do sector público da economia, à permanente guerrilha do Governo com outros órgãos de soberania, frutos de uma política que visa antes de mais o progressivo restabelecimento do império dos grandes interesses privados e não hesita, para tal fim, em lançar o país num clima de agitação e instabilidade social como há muito se não via.

Os portugueses sabem agora que a mudança que a AD lhes prometeu foi afinal uma mudança para pior, de que só beneficiaram uns poucos privilegiados, aqueles para quem Portugal sempre foi um simples negócio como outro qualquer. É, pois, possível alargar o bloco social dos que apostam na viragem histórica iniciada com o 25 de Abril no sentido da construção e aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural.



4. Por isso, a Aliança Socialista, certa de interpretar as aspirações e o sentir de camadas cada vez mais diversificadas da sociedade portuguesa, concorre às próximas eleições na convicção de que as vencerá e de que, vencendo-as, abrirá de novo a Portugal os horizontes do socialismo democrático, única via que vale a pena percorrer para aqueles que, independentemente das suas divergências partidárias e ideológicas, rejeitam tanto as injustiças e prepotências do neocapitalismo liberal, que a AD procura repôr, como o autoritarismo e a ineficácia do colectivismo burocrático, (de que a APU é portadora.)

5. Cientes da importância de um tal objectivo, acordam os partidos e organizações participantes na Aliança Socialista defender um projecto comum de revisão constitucional, ou seja, um conjunto de alterações ao actual texto constitucional que, preservando o que nele se contém de abertura à emergência duma sociedade liberta dos estigmas da repressão dos cidadãos e da exploração dos trabalhadores, permita a sua adaptação às exigências decorrentes da experiência entretanto realizada na articulação entre os diferentes órgãos de soberania, da caducidade do Pacto MFA - Partidos e da conveniência de eliminar desnecessárias fontes de atrito entre os diferentes sectores políticos e sociais do Portugal de '80.

Nesse sentido, os deputados da A.S. bater-se-ão por uma revisão constitucional que:

- a) salvguarde os direitos, liberdades e garantias individuais, sociais, culturais e económicos consagrados na Constituição;



- b) garanta a subordinação do poder económico ao poder político, através da preservação do modelo de economia assente na manutenção do actual sector público produtivo e na planificação democrática do desenvolvimento;
- c) assegure o equilíbrio entre os poderes dos diferentes órgãos de soberania, delimitando com maior rigor as respectivas competências e criando os mecanismos adequados ao reforço da estabilidade governativa;
- d) estabeleça a total subordinação das Forças Armadas ao poder civil, repartindo pelos diferentes órgãos de soberania as actuais competências do Conselho da Revolução.

Em caso algum admitirá a A.S. que uma tal revisão tenha lugar por processos ou métodos diferentes dos que estão explicitamente prescritos pela Constituição, e que implicam nomeadamente:

- a) o respeito pelo prazo estabelecido no artº 286 ;
- b) a observância de maioria qualificada de 2/3 para a aprovação de qualquer alteração da Constituição;
- c) a não sujeição a referendo da Lei da Revisão Constitucional;
- d) o respeito pelos limites materiais estabelecidos no artº 290 .

6. A Aliança Socialista oportunamente apresentará ao eleitorado o programa das medidas governamentais que se propõe aplicar, uma vez chamada a formar o próximo Executivo, e cujos objectivos básicos a seguir se definem;



a) no plano institucional:

- rigorosa defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, e respeito pela legalidade democrática.
- garantia da isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação social estatizados.
- reforço do prestígio das instituições políticas representativas, designadamente pela dignificação da Assembleia da República.
- aceleração do processo de descentralização administrativa e institucionalização das Regiões - Plano como primeiro passo para a criação das Regiões Administrativas.
- reforma e dignificação da Administração Pública.

Fundação Cuidar o Futuro

b) no plano do sistema económico-social:

- consolidação do sistema económico que a Constituição consagra mediante a dinamização do sector público, apoio ao sector cooperativo e o estímulo à iniciativa privada, numa perspectiva de total aproveitamento das potencialidades de cada um sem reprivatizações nem novas nacionalizações.
- lançamento dum Plano de desenvolvimento a médio prazo, democraticamente participado pelas populações, com carácter imperativo para o sector público, que funcione como quadro de referência para o desenvolvimento da actividade económica em geral, corrigindo as graves lacunas duma economia pura de mercado livre.





- aceleração do processo de integração europeia, numa óptica de consolidação da democracia, de desafio à inovação das estruturas produtivas, administrativas e legais e de estímulo ao desenvolvimento, na base de negociações que salvaguardem os interesses nacionais.
- política de expansão económica, com prioridade do combate ao desemprego, controlo da inflação e aumento do poder de compra.

c) no plano das reformas sociais:

- lançamento escalonado do Serviço Nacional de Saúde, com simultânea adopção dum conjunto de providências tendentes à aplicação do princípio da universalidade do direito à saúde e à melhoria dos serviços.
- melhoramento do esquema de benefícios sociais, com especial incidência sobre os desempregados, a terceira idade, a infância e os deficientes.
- recuperação e aceleração do ritmo da produção de novos alojamentos, reconversão do sistema de crédito à aquisição de casa própria, reformulação do planeamento urbanístico e dos condicionamentos de uso do solo.
- desenvolvimento e reorganização das estruturas educativas, como verdadeiro suporte de uma nova sociedade que assegure a igualdade de oportunidades sem discriminações sociais.
- impulso à descentralização e animação cultural, com apoio às potencialidades criativas e participativas disseminadas pelo país e à valorização do património histórico, na perspectiva da emergência duma autêntica democracia cultural.

7 Esta será a política que devolverá ao povo português a confiança no futuro. Não basta, com efeito, uma maioria parlamentar aritmética para se saber e poder governar com eficácia. É necessário praticar uma política de diálogo e consenso social, assente em medidas viradas para o progresso e a justiça, sem revanchismos nem saudosismos dos velhos interesses. Só assim se alcançará a estabilidade social, condição indispensável para produzir mais e distribuir melhor.

- A vitória da Aliança Socialista surge, assim, como o único instrumento apto a pôr cobro aos desmandos da governação AD e a abrir caminho a um governo claramente empenhado na mudança para melhor. Perante a urgência de derrotar a AD, apoiar a Aliança Socialista é apoiar a única alternativa de esquerda viável, já que a APU, presa do dogmatismo ideológico e estratégico do PCP, não conseguirá nunca afirmar-se como uma alternativa de governo.

O projecto da Aliança Socialista representa, pois, o renascer da esperança e a certeza de que o 25 de Abril valeu a pena. Esperança em melhores dias, de paz, progresso e justiça social. Certeza na vitória dos ideais de Abril.

